

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Relatório do auditor independente

Informações contábeis intermediárias  
Em 31 de março de 2025

# COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Informações contábeis intermediárias  
Em 31 de março de 2025

## Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V. Sas. às informações contábeis intermediárias da Companhia Província de Securitização ("Companhia"), relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias.

A Companhia mantém um nível de endividamento e fluxo de recebíveis compatível com suas obrigações.

Até 31 de março de 2025, a Companhia realizou a emissão e distribuição de 141 (cento e quarenta e uma) emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), com valor total de R\$ 8.367.842, 18 (dezoito) emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com valor total de R\$ 1.666.409 e 1 emissão de Certificados de Recebíveis (CR), com valor total de R\$ 350.000.

Estão ativas em 31 de março de 2025, 102 (cento e dois) emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários, com valor total de R\$ 7.063.291, 12 (doze) emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, com valor total de R\$ 1.184.909 e 1 (uma) emissão de Certificados de Recebíveis, com valor total de R\$ 350.000.

Estão ativas em 31 de março de 2025 as seguintes séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários:

<u>Data</u>	<u>Emissão</u>	<u>Série</u>	<u>Quantidade de CRI</u>	<u>Volume de emissão CRI</u>
12/11/2020	3	10	15.000	15.000
27/11/2020	3	12	7.000	7.000
19/02/2021	3	14	25.000	25.000
19/02/2021	3	15	25.000	25.000
21/10/2021	3	19	27.000	27.000
21/04/2021	3	22	37.500	37.500
21/04/2021	3	23	37.500	37.500
22/06/2021	3	27	35.000	35.000
22/06/2021	3	28	35.000	35.000
24/02/2022	3	29	32.000	32.000
27/02/2024	3	33	75.000	75.000
19/04/2022	3	37	6.200	6.200
30/06/2023	3	38	27.000	27.000
30/06/2023	3	39	3.000	3.000
01/09/2023	3	43	30.000	30.000
22/12/2023	3	49	45.000	45.000
01/06/2025	3	57	29.000	29.000
02/06/2022	3	50	90.000	90.000
08/03/2025	3	59	20.000	20.000
29/03/2024	3	52	85.000	85.000
20/12/2021	3	53	28.000	28.000
28/10/2022	3	55	6.000	6.000
20/10/2022	3	56	10.000	10.000
25/01/2025	3	58	10.000	10.000

18/11/2022	5	1	30.500	30.500
11/05/2024	7	1	18.500	18.500
29/06/2024	8	1	35.300	35.300
05/03/2025	8	2	5.000	5.000
21/10/2025	8	3	7.000	7.000
29/12/2023	9	1	33.000	33.000
15/06/2024	9	2	5.000	5.000
08/09/2023	11	1	10.000	10.000
08/09/2023	11	2	10.000	10.000
01/08/2024	13	1	100.000	100.000
01/08/2024	13	2	100.000	100.000
17/10/2023	14	1	26.500	26.500
30/12/2023	15	1	36.000	36.000
18/02/2023	16	1	36.900	36.900
18/08/2024	16	2	43.100	43.100
19/10/2024	18	1	65.000	65.000
02/06/2025	18	2	12.000	12.000
21/08/2029	19	1	15.500	15.500
20/10/2024	19	2	17.307	17.307
19/03/2023	20	1	50.000	50.000
12/06/2023	21	1	22.500	22.500
21/04/2023	22	2	6.000	6.000
17/06/2024	25	1	50.742.451	50.742.451
17/06/2024	25	2	12.685.612	12.685.612
10/05/2024	27	1	60.000	60.000
25/04/2023	28	1	13.400	13.400
10/11/2024	28	2	21.500	21.500
30/12/2023	29	1	9.849	9.849
30/12/2023	29	2	1.094	1.094
31/01/2024	29	3	4.058	4.058
31/01/2024	29	4	450	450
27/03/2024	29	5	4.149	4.149
27/03/2024	29	6	461	461
23/06/2024	29	7	8.937	8.937
23/06/2024	29	8	993	993
03/09/2023	30	1	253.347	253.347
03/09/2023	30	2	23.844	23.844
03/09/2023	30	3	20.865	20.865
30/12/2023	31	1	149.542	149.542
30/12/2023	31	2	8.797	8.797
30/12/2023	31	3	17.593	17.593
17/01/2024	32	1	22.000	22.000
11/03/2025	33	1	17.000	17.000
11/02/2024	34	1	26.000	26.000
03/02/2024	35	1	44.736.666	44.736.666
03/02/2024	35	2	5.263.334	5.263.334
03/02/2024	35	3	2.631.580	2.631.580
11/09/2023	35	4	35.789.334	35.789.334
11/09/2023	35	5	4.210.666	4.210.666
11/09/2023	35	6	2.509.050	2.509.050
16/06/2024	36	1	47.246	47.246
09/09/2024	37	1	46.154	46.154
09/09/2024	37	2	22.500	22.500
09/09/2024	37	3	22.500	22.500
07/05/2024	38	1	70.000	70.000
14/04/2024	39	1	250.000	250.000

14/04/2024	39	2	103.106	103.106
14/04/2024	39	3	39.235	39.235
15/07/2024	40	1	96.101	96.101
15/07/2024	40	2	5.339	5.339
15/07/2024	40	3	5.339	5.339
25/06/2024	41	1	28.500	28.500
21/07/2024	42	1	28.000	28.000
18/03/2025	43	1	10.000	10.000
18/03/2025	43	2	10.000	10.000
14/05/2024	45	1	25.582.499	25.582.499
14/05/2024	45	2	4.796.718	4.796.718
14/05/2024	45	3	1.673.195	1.673.195
12/06/2024	45	4	24.434.490	24.434.490
12/06/2024	45	5	4.581.466	4.581.466
12/06/2024	45	6	1.560.914	1.560.914
17/07/2024	46	1	48.500	48.500
31/01/2024	47	1	54.300	54.300
23/10/2024	48	1	86.959	86.959
23/10/2024	48	2	202.905	202.905
23/10/2024	48	3	51.152	51.152
09/11/2024	49	1	10.500	10.500
05/11/2024	50	1	37.200	37.200
06/04/2025	51	1	58.500	58.500
05/11/2024	52	1	16.000	16.000
28/07/2024	54	1	32.000	32.000
28/07/2024	54	2	8.000	8.000
30/10/2024	55	1	48.614.805	48.614.805
30/10/2024	55	2	12.153.702	12.153.702
17/08/2024	56	1	88.000.000	88.000.000
17/08/2024	56	2	16.500.000	16.500.000
17/08/2024	56	3	5.500.000	5.500.000
30/10/2024	57	1	633.835	633.835
30/10/2024	57	2	66.516	66.516
30/10/2024	57	3	299.649	299.649
29/10/2024	58	1	12.500	12.500
29/10/2024	58	2	12.500	12.500
29/10/2024	58	3	5.000	5.000
29/10/2024	58	4	5.000	5.000
05/01/2025	59	1	10.432	10.432
01/12/2024	60	1	10.000	10.000
25/01/2025	61	1	13.000	13.000
22/01/2025	62	1	72.200	72.200
16/11/2024	63	1	160.000.000	160.000.000
16/11/2024	63	2	30.000.000	30.000.000
16/11/2024	63	3	10.000.000	10.000.000
24/11/2024	64	1	63.300	63.300
24/11/2024	64	2	44.640	44.640
25/06/2025	64	3	65.600	65.600
01/12/2024	65	1	48.400	48.400
16/12/2024	66	1	34.961	34.961
29/12/2024	67	1	60.000	60.000
10/05/2025	68	1	8.800	8.800
02/02/2025	69	1	15.000	15.000
02/06/2025	70	1	47.000	47.000

02/06/2025	70	1	16.189	16.189
02/06/2025	70	1	6.500	6.500
02/06/2025	70	2	30.000	30.000
02/06/2025	70	3	30.000	30.000
02/06/2025	70	4	30.000	30.000
11/03/2025	71	1	56.000.000	56.000.000
11/03/2025	71	2	14.000.000	14.000.000
01/03/2025	72	1	30.000	30.000
15/06/2025	73	1	14.000	14.000
01/09/2025	74	1	5.000	5.000
01/09/2025	74	2	17.000	17.000
13/06/2025	75	1	8.008	8.008
11/08/2025	76	1	21.056.502	21.056.502
11/08/20225	76	2	50.000	50.000
09/06/2025	77	1	38.000	38.000
09/06/2025	77	2	11.000	11.000
09/04/2025	77	3	11.000	11.000
09/04/2025	78	1	100.000.000	100.000.000
09/04/2025	78	2	100.000.000	100.000.000
09/04/2025	78	3	1	1
18/06/2025	79	1	34.000	34.000
13/04/2025	80	1	60.000	60.000
24/08/2025	81	1	11.500	11.500
07/05/2025	82	1	9.685.236	9.685.236
07/05/2025	82	2	4.150.815	4.150.815
08/07/2025	83	1	14.500	14.500
25/06/2025	84	1	15.878	15.878
25/06/2025	84	2	36.300	36.300
20/05/2025	85	1	50.000.000	50.000.000

Estão ativas em 31 de março de 2025 as seguintes séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio:

<u>Data</u>	<u>Emissão</u>	<u>Série</u>	<u>Quantidade de CRI</u>	<u>Volume de emissão CRI</u>
09/11/2021	2	1	100.000	100.000
29/10/2022	3	1	21.103	21.103
16/12/2024	4	1	500.000	500.000
24/06/2024	7	1	70.000	70.000
08/05/2023	8	1	50.000	50.000
16/08/2023	9	1	20.000	20.000
16/08/2023	9	2	30.000	30.000
29/09/2024	13	1	50.000	50.000
14/12/2024	14	1	40.000	40.000
11/11/2024	15	1	50.000	50.000
19/01/2025	16	1	85.000	85.000
29/06/2025	17	1	112.656	112.656
24/08/2025	18	1	56.150	56.150

Estão ativas em 31 de março de 2025 as seguintes séries de Certificados de Recebíveis:

<u>Data</u>	<u>Emissão</u>	<u>Série</u>	<u>Quantidade de CR</u>	<u>Volume de emissão CR</u>
21/06/2025	1	1	91.875	91.875
21/06/2025	1	2	188.125	188.125
21/06/2025	1	3	26.250	26.250
21/06/2025	1	4	43.750	43.750

A Companhia apresentou no trimestre findo em 31 de março de 2025 um lucro líquido de R\$ 1.841 (R\$ 1.128 em 31 de março de 2024). O patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2025 é de R\$ 7.349 (R\$ 5.440 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia permanece concentrando seus esforços, em estudos para identificar oportunidades de negócios e em prospecção no mercado imobiliário. Os recursos para garantir a sua continuidade operacional foram, a partir deste ano, providos de suas atividades como securitizadora.

Informamos que a auditoria externa realizou no exercício findo em 31 de março de 2025 exclusivamente o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

A administração permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos desejados.

São Paulo, 14 de maio de 2025.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Companhia Província de Securitização  
São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Província de Securitização ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para os períodos de três meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1

Ismael Nicomedio dos Santos  
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

# COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

## Balanço patrimonial

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.978	5.315
Clientes	5	107	114
Tributos a recuperar	6	4.940	4.065
Adiantamentos salariais		6	11
Outros valores a receber	7	245	131
TOTAL DO CIRCULANTE		8.276	9.636
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Depósito em caução		2	2
Imobilizado	9	128	133
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		130	135
TOTAL DO ATIVO		8.406	9.771

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

## Balanço patrimonial

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

### Passivo e Patrimônio Líquido

	Nota Explicativa	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>			
Dividendos a pagar		-	309
Fornecedores		343	212
Obrigações trabalhistas	10	249	538
Obrigações tributárias	11	313	228
Outras obrigações	12	152	136
Juros s/Capital a Pagar		-	219
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.057</b>	<b>1.642</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social	15	820	820
Reservas de lucros			
Legal		164	164
Reserva de lucros a distribuir			
Estatutária		4.524	7.145
Lucro do período		1.841	-
<b>TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO</b>		<b>7.349</b>	<b>8.129</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>8.406</b>	<b>9.771</b>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

## Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	De 01/01/2025 a 31/03/2025	De 01/01/2024 a 31/03/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		2.126	1.553
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Salários, encargos sociais e benefícios	17	(861)	(724)
Serviços de terceiros	18	(620)	(442)
Anúncios e publicações		(2)	-
Locação de salas		(53)	(20)
Cartórios		(1)	(1)
Outras despesas administrativas		(322)	(50)
Despesas tributárias		(11)	(28)
Outras receitas (despesas) operacionais		116	91
		<u>(1.754)</u>	<u>(1.174)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	19		
Receitas Financeiras		2.409	1.321
Rendas de títulos de renda fixa		2.409	1.321
Despesas Financeiras		(1)	-
Juros e correção monetária		(1)	-
		<u>2.408</u>	<u>1.321</u>
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		<u>2.780</u>	<u>1.700</u>
Imposto de renda	13	(689)	(419)
Contribuição social	13	(250)	(153)
RESULTADO LÍQUIDO DOS PERÍODO		<u>1.841</u>	<u>1.128</u>
Lucro por ação	15	0,0022	0,0014

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

	De 01/01/2025 a 31/03/2025	De 01/01/2024 a 31/03/2024
Resultados do período	1.841	1.128
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultados abrangentes do período	<u>1.841</u>	<u>1.128</u>

---

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucro a distribuir	Lucro acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	820	164	3.491	-	4.475
Lucro líquido do período:	-	-	-	1.128	1.128
Destinação do lucro:					
Dividendos distribuídos	-	-	(163)	-	(163)
Saldo em 31 de março de 2024	820	164	3.328	1.128	5.440
Saldo em 31 de dezembro de 2024	820	164	7.145	-	8.129
Lucro líquido do período:	-	-	-	1.841	1.841
Destinação do lucro:					
Dividendos distribuídos	-	-	(2.621)	-	(2.621)
Saldo em 31 de março de 2025	820	164	4.524	1.841	7.349

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	De 01/01/2025 a 31/03/2025	De 01/01/2024 a 31/03/2024
Atividades Operacionais		
Resultado Líquido do período	1.841	1.128
Depreciação	7	4
	<u>1.848</u>	<u>1.132</u>
Variações dos Ativos e Passivos		
Clientes	6	(95)
Tributos a recuperar	(875)	(660)
Adiantamentos salariais	4	3
Outros valores a receber	(114)	(40)
Fornecedores	131	(3)
Obrigações trabalhistas	(289)	36
Obrigações tributárias	85	432
Outras obrigações	16	113
	<u>(1.035)</u>	<u>(214)</u>
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	<u>813</u>	<u>918</u>
Atividades de Investimentos		
Aumento/redução de imobilizado	(2)	-
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimentos	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(2.929)	(430)
Pagamento de JCP	(219)	
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	<u>(3.148)</u>	<u>(430)</u>
Aumento/Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.337)</u>	<u>488</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.315	1.349
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.978	1.837
Aumento/Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.337)</u>	<u>488</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

# COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

## Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	De 01/01/2025 a 31/03/2025	De 01/01/2024 a 31/03/2024
RECEITAS		
Prestação de serviços	2.343	1.713
	<u>2.343</u>	<u>1.713</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia e outros	(320)	(31)
Serviços de terceiros	(620)	(442)
	<u>1.403</u>	<u>1.240</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		
RETENÇÕES	(7)	(4)
Depreciação		
	<u>1.396</u>	<u>1.236</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	2.409	1.320
Outras receitas	117	89
	<u>3.922</u>	<u>2.645</u>
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	425	408
Benefícios	224	185
FGTS	47	29
Outros	-	-
Impostos, taxas e contribuições		
Federal e Municipal	1.331	862
Remuneração de capital de terceiros		
Aluguéis	53	33
Despesas bancárias	1	-
Remuneração do capital próprio		
Lucro do período	1.841	1.128
	<u>3.922</u>	<u>2.645</u>
VALOR DISTRIBUIDO		

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

## COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

### 1. Contexto operacional

A Companhia Província de Securitização (“Companhia”), sociedade por ações com registro de companhia securitizadora perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), categoria S1, sob o número 1942-9, e devidamente autorizada a funcionar como companhia securitizadora nos termos da Resolução CVM nº 60 e alterações posteriores, foi constituída em 18 de outubro de 2000, e tem por objeto social: a) a aquisição e a securitização de direitos creditórios e/ou créditos hipotecários, imobiliários do agronegócio e de créditos oriundos de operações imobiliárias, de valores mobiliários lastreados em direitos de crédito e créditos do agronegócio, créditos imobiliários e assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos hipotecários e, imobiliários e do agronegócio; bem como e de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil contratados com bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias; b) a prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações imobiliárias e do agronegócio; c) a emissão e colocação, de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificado de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”), e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), ou de qualquer outro título de crédito ou valores mobiliários lastreados em direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio ou imobiliários compatível com suas atividades; e de outros títulos de crédito; d) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com as atividade de securitização de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio e créditos imobiliários e hipotecários, incluindo, mas não se limitando, a emissões de CRI e CRA, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio e créditos imobiliários e hipotecários, bem como a realização de operações em mercados de derivativos, incluindo mas não se limitando a digitação de títulos em sistema de mercado de balcão, administração, recuperação e alienação de direitos de crédito e/ou créditos; e) a realização de operações de hedge em mercados de derivados visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos e/ou direitos creditórios do agronegócio, imobiliários e hipotecários e f) exercer a atividade de agente fiduciário em emissão de Letra Imobiliária Garantida (LIG).

A Companhia teve deferido, em observância ao Art. 56. da Resolução CVM nº 80, o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta, categoria B.

Conforme previsto pela Lei nº 14.430/22, as empresas securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter contabilidade individualizada por projeto. Desta forma, os procedimentos contábeis aplicáveis às operações de securitização de recebíveis imobiliários da Companhia, nas quais tenha sido instituído regime fiduciário e que não tenham garantia da Companhia, estão adequadas as normas que tratam da divulgação de demonstrações contábeis independentes para as emissões de CRIs e implica na desvinculação completa das contas contábeis relativas a operações em questão, das demonstrações contábeis da Companhia. As demonstrações contábeis da Companhia passam a refletir a total independência e autonomia existentes entre o patrimônio separado e o patrimônio da Companhia.

2. Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias

(a) Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base na Lei nº 6.404/76, complementada pelas alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e deliberados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a Companhia.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2025 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 14 de maio de 2025.

#### Novas normas e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis anuais da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### (b) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, tanto no balanço patrimonial da Companhia, quanto nos patrimônios em separados de cada Certificado de Recebíveis Imobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado, tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

### 3. Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das informações contábeis intermediárias foram basicamente as seguintes:

#### a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As receitas compreendem substancialmente o valor presente pela prestação de serviços. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados até a data base destas informações contábeis intermediárias.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Outros ativos e passivos circulantes

Demonstrados pelos valores de custo de aquisição incluindo os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados à Companhia, e o seu valor pode ser mensurado com segurança. Já o passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação oriunda de eventos passados, com probabilidades de que um recurso seja requerido para liquidação desta obrigação.

d) Instrumentos financeiros

d.1) Classificação e mensuração

A Companhia classifica suas aplicações financeiras sob a categoria de títulos para negociação, mensuradas pelo valor justo através do resultado. A administração determinou a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial com base na finalidade para o qual os ativos financeiros foram adquiridos.

d.2) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são mensurados pelo valor justo, os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no seu valor justo são registrados diretamente no resultado.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

Tributos a recuperar são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos referidos impostos retidos na fonte.

f) Baixa de ativos

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros:

- 1) Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novostitulares - os ativos securitizados são removidos do balanço;
- 2) Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - securitização de ativos na qual o cedente retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares venda de ativos financeiros - os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida.

g) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação é apurado mediante a divisão do resultado líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no período.

h) Apresentação das informações por segmentos

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários e do agronegócio, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22.

i) Passivos contingentes

Contingências passivas são reconhecidas nas informações contábeis intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, quando considerados relevantes, são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

## COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Aplicações financeiras de liquidez - Itaú (i)	<u>162</u>	<u>102</u>
Fundo de Investimento - Itaú	<u>2.816</u>	<u>5.213</u>
	<u>2.978</u>	<u>5.315</u>

(i) Referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados em média a 97% do CDI e com liquidez imediata.

### 5. Clientes

	2025	2024
Serviços prestados a receber	<u>107</u>	<u>114</u>
	<u>107</u>	<u>114</u>

Os valores a receber de clientes referem ao faturamento de prestação de serviços de gestão na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, que serão recebidos no mês subsequente.

### 6. Tributos a recuperar

	2025	2024
IIRRF, PIS, COFINS e CSLL retidos (i)	<u>1.895</u>	<u>3.659</u>
Saldo credor de exercícios anteriores(ii)	<u>3.045</u>	<u>406</u>
	<u>4.940</u>	<u>4.065</u>

(i) Os impostos retidos se referem a: IRRF sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 1.838 (Em 31 dezembro de 2024, R\$ 3.644); IRRF sobre serviços prestados no montante de R\$ 29 (Em 31 dezembro de 2024, R\$ -); CSLL retida no montante de R\$ 13 (Em 31 dezembro de 2024, R\$ -); Cofins retido no montante de R\$ 14 (Em 31 dezembro de 2024, R\$ 12); e PIS retido no montante de R\$ 3 (Em 31 dezembro de 2024, R\$3);

(ii) Referem-se aos saldos credores da Companhia cujo direito de compensar ou restituir será exercido após os procedimentos de declarações à Receita Federal no curso do primeiro semestre de 2025 e os impostos retidos sobre (item i) que já foram transferidos para tributos a restituir ao final do exercício.

### 7. Outros valores a receber

	2025	2024
Valores a receber dos patrimônios separados (i)	<u>245</u>	<u>131</u>
	<u>245</u>	<u>131</u>

(i) Referem-se a valores pagos com caixa proprietário relacionado com as operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio que serão reembolsados pelos patrimônios separados e/ou partes envolvidas nas emissões, tais como cedentes, devedores e investidores.

## COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

### 8. Transação com partes relacionadas

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia prestou serviços de administração para os Patrimônios Separados, cujo valores estão demonstrados na nota explicativa nº 16.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

### 9. Imobilizado

O saldo do imobilizado é composto de:

#### a) Imobilizado de uso

Imobilizado	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 2024	Adições	Baixas	Saldo 2025
Computadores e periféricos	20%	185	19	(44)	160
Imobilizado		<u>185</u>	<u>19</u>	<u>(44)</u>	<u>160</u>

  

Depreciações	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 2024	Adições	Baixas	Saldo 2025
Computadores e periféricos	20%	(52)	(7)	27	(32)
Depreciações		<u>(52)</u>	<u>(7)</u>	<u>27</u>	<u>(32)</u>
Imobilizado líquido		<u>133</u>	<u>12</u>	<u>(17)</u>	<u>128</u>

### 10. Obrigações trabalhistas

	31/03/2025	31/12/2024
Provisão de férias e de 13º salário	144	437
INSS e FGTS sobre férias e 13º salário a recolher	50	45
INSS e FGTS sobre salários a recolher	55	56
	<u>249</u>	<u>538</u>

### 11. Obrigações tributárias

O saldo de impostos e contribuições a recolher é assim composto:

	2025	2024
Provisão de contribuição social	237	-
COFINS, PIS e ISS a recolher	64	168
IRRF sobre salários	10	21
Impostos retidos no pagamento de terceiros	5	39
	<u>313</u>	<u>228</u>

## COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

### 12. Outras obrigações

	2025	2024
Recebimentos antecipados de custos dos Patrimônios Separados	135	136
Outros credores	17	-
	<u>152</u>	<u>136</u>

### 13. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

As composições das despesas de imposto de renda e de contribuição social no período de janeiro a março de 2025 e 2024 encontram-se resumidas a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	2.780	2.780	1.700	1.700
Adições/Exclusões	-	-	-	-
Resultado antes da compensação do prej. fiscal, base de cálculo negativa	2.780	2.780	1.700	1.700
Resultado tributado	2.780	2.780	1.700	1.700
Imp. de renda - Alíquota 15%	(417)		(255)	
Imp. de renda - Alíquota 10%	(272)		(164)	
Contribuição social - alíquota 9%	-	(250)	-	(153)
	<u>(689)</u>	<u>(250)</u>	<u>(419)</u>	<u>(153)</u>

### 14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Os consultores jurídicos da Companhia não identificaram a existência de riscos tributários, cíveis e trabalhistas que tenham prognóstico de perda provável e possível, ou risco tributários com risco de perda mais provável e possível que as chances de êxito à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de tributos sobre o lucro e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

### 15. Patrimônio líquido

O capital social está representado por 820.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e totalmente integralizadas.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na legislação aplicável, do Estatuto Social e Acordos de Acionistas.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente dos resultados apurados em cada exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, terão a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) 10% serão distribuídos aos acionistas a título de dividendos obrigatórios e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral.

## COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

Durante o período de janeiro a março de 2025 foram distribuídos R\$ 309 na forma de dividendos mínimo obrigatório, R\$ 219 na forma de juros sobre o capital próprio e o montante de R\$ 2.621 relativos a lucros de exercícios anteriores.

Em atendimento ao CPC 41(IAS 33) aprovado pela Resolução CVM nº 113 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

Lucro básico por ação	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do período	1.841	1.128
Média ponderada do número de ações	820.000	820.000
Lucro líquido básico por ação (em Reais)	0,0022	0,0014

Em 31 de março de 2025 não foi destinado o resultado, pois o mesmo será realizado apenas ao fim do exercício de 2025 se a mesma permanecer com lucro, o mesmo aconteceu em 31 de março de 2024 onde o resultado foi reconhecido e distribuído apenas no final do exercício.

### 16. Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita de securitização	2.343	1.713
(-) Despesa com COFINS	(16)	(12)
(-) Despesa com PIS	(98)	(72)
(-) Despesa com imposto sobre serviços	(103)	(76)
Total	<u>2.126</u>	<u>1.553</u>

### 17. Salários, encargos sociais e benefícios

A despesa com salários, encargos sociais e benefícios é composta das seguintes contas:

	2025	2024
Salários	(285)	(191)
Pró-labore	(60)	(50)
Bônus	-	(92)
Provisão de férias e de 13º salário	(77)	(65)
INSS e FGTS sobre folha	(207)	(124)
INSS e FGTS sobre provisão de férias e 13º salário	(5)	(9)
Assistência médica	(112)	(104)
Programa de alimentação ao trabalhador	(108)	(77)
Seguro de vida	(3)	(1)
Auxílio educação	(3)	(10)
Vale-transporte	-	(1)
Assistência Odontológica	(1)	-
Total	<u>(861)</u>	<u>(724)</u>

## COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

### 18. Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros é composta das seguintes contas:

	2025	2024
Contabilidade	(8)	(8)
Auditoria	(7)	(22)
Jurídicas	(26)	(73)
Assessoria e consultoria	(503)	(251)
CETIP	(27)	(31)
Escrituração de CRI	(6)	(16)
Informática	(36)	(28)
Outros serviços de terceiros	(7)	(13)
Total	<u>(620)</u>	<u>(442)</u>

### 19. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro é composto das seguintes contas:

	2025	2024
Rendas de títulos de renda fixa	2.409	1.321
Juros e correção monetária	(1)	-
Total	<u>2.408</u>	<u>1.321</u>

### 20. Informações sobre emissão de certificados de recebíveis imobiliários e certificados de recebíveis do agronegócio

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CVM nº 60, que dispõe sobre as companhias securitizadora de direitos creditórios registradas na CVM e revoga as Instruções CVM nºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018 que entrou em vigor a partir de 2 de maio de 2022, e dispõe sobre as demonstrações contábeis dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, devendo ser apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei nº 14.430/22 e artigo 50 da ICVM nº 60/2021 as quais incluem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta.

Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações contábeis vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até três meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquela data conforme determinado pelo Termo de Securitização.

## COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

---

### 21. Gerenciamento de risco financeiro

#### Visão geral

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Especificamente quanto às aplicações, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas abaixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro.

Os CRIs e CRAs, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizem a aquisição de recebíveis imobiliários. As condições estabelecidas para resgate dos títulos são definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos. A captação dos CRIs e CRAs não se concretizará se não existirem oportunidades de aquisição de recebíveis em condições adequadas à garantia dos recursos captados.

Ativos expostos a risco:	Natureza do risco associado	Saldo exposto a risco	
		2025	2024
		Nível 2	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	Mercado e liquidez	2.978	5.315

#### Estrutura do gerenciamento do risco:

A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação pelo Comitê de Crédito da Companhia; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) auditoria financeira e jurídica; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio.

Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

- a) Risco de mercado - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.
- b) Risco de crédito - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições com adequada classificação de risco.
- c) Risco de liquidez - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos.

Compatibilização entre os retornos esperados pelas carteiras de recebíveis imobiliários e os pagamentos devidos aos investidores que subscreveram Certificados de Recebíveis Imobiliários e do agronegócio emitidos com lastro nessas carteiras.

- d) Pré-pagamentos - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações efetuadas pelos devedores dos recebíveis utilizados como lastro.

- e) Risco operacional - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento das carteiras de recebíveis adquiridas e CRIs/CRAS colocados no mercado, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações.

#### Gestão do capital

A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia.

#### Análise de sensibilidade

Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

Nesse sentido, os instrumentos financeiros representados pelos CRIs/CRAS e pelos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão desses certificados estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem segregados do patrimônio comum da securitizadora.

Com relação aos contratos de recebíveis imobiliários, não utilizados ainda como lastro para a emissão de CRIs e CRAs, a Companhia evidencia que a análise de sensibilidade aplicada a esses contratos indica que, em caso de alteração de cenários, em especial de elevação acentuada nas taxas de juros, poder-se-ia incorrer em custos de oportunidade, não sendo esperado quaisquer prejuízos materiais.

Os instrumentos financeiros vinculados à troca de indexadores, tiveram o objetivo de compatibilizar os índices de atualização monetária aplicáveis a contratos de recebíveis imobiliários que lastrearam a emissão de CRIs e CRAs. Nessa linha, quaisquer variações nos cenários econômicos implicariam igualmente em efeitos nulos para a Companhia.

## 22. Serviços prestados pelos auditores independentes

Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Companhia, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, junto à empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

Em complemento, a Companhia observa premissas que a orientam no relacionamento com os seus auditores independentes. Essas premissas estabelecem: (a) que o auditor não representa a Companhia em quaisquer níveis; (b) que as atividades gerenciais são estritamente reservadas para serem desempenhadas por funcionários da própria Companhia, sendo responsabilidade destes o resultado do trabalho realizado; e (c) que os trabalhos a serem auditados foram realizados por profissionais sem quaisquer vínculos, diretos ou indiretos, com a empresa de auditoria independente contratada para emitir uma opinião acerca desses trabalhos.

## 23. Eventos subsequentes

A Administração não identificou eventos subsequentes que pudessem modificar as informações contábeis trimestrais apresentadas em 31 de março de 2025.